

**NOVAS MÍDIAS, CIDADANIA E EXCLUSÃO DIGITAL NO
CONTEXTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**
*NEW MÍDIAS, CITIZENSHIP AND DIGITAL EXCLUSION IN THE CONTEXT
OF THE INFORMATION SOCIETY*

[Francisca Rosaline Leite Mota](#)

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Escola de Ciência da Informação
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

O artigo aborda questões relativas ao papel das Novas Mídias para a conquista da Cidadania na chamada Sociedade da Informação. Aponta alguns dos principais fatores que contribuem para agravar a Exclusão Digital e relata iniciativas que objetivam promover a cidadania por meio da info-inclusão no Brasil, dando ênfase especial a algumas experiências no contexto cearense.

PALAVRAS-CHAVE: Novas Mídias. Cidadania. Exclusão Digital.

1 INTRODUÇÃO

Os grandes avanços em Ciência & Tecnologia vivenciados na contemporaneidade refletem em todos os segmentos da sociedade. Vale ressaltar, no entanto, que tal reflexo ao mesmo tempo em que ilumina alguns, entorpece a visão de muitos outros. Isto é, ao mesmo passo que se clama aos “quatro ventos” a proliferação das Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação – NTIC’s, percebemos o crescimento de um contingente cada vez maior de info-excluídos. O que conseqüentemente fortalece a divisão entre as classes sociais e as relações de poder que se firmam entre opressores e oprimidos, dominadores e dominados, colonizadores e colonizados e, por sua vez, emperra ainda mais a conquista da cidadania.

“o poder, como bem diria Foucault, se esgueira pelas beiradas, busca não ser percebido para influir tanto mais, procura a obediência do outro sem que este a perceba, inventa privilégio que a vítima pensa ser mérito, usa o melhor conhecimento para imbecilizar. Não seria diferente com a informação: desinformar pode ser seu projeto principal.” (DEMO, 2000, p.37)

Tal afirmação pode parecer, aos olhos de alguns, um tanto quanto apocalíptica mas, se bem observarmos, ela retrata quase que fielmente a realidade sócio-política, econômica e cultural do planeta. A cada dia que se passa aumenta sobremaneira a busca por informações

para uso dominador, os investimentos em Ciência e Tecnologia – C&T por parte das grandes potências mundiais são cada vez maiores e a busca pelo poder tornou-se uma constante na vida de todos. Assim, percebemos que a informação ao mesmo tempo em que é vista como um fator de inclusão, também pode ser tida como excludente. E dependendo do meio pelo qual é veiculada, o índice de exclusão toma proporções alarmantes.

O presente artigo aborda algumas questões relativas ao papel das Novas Mídias para a conquista da Cidadania na chamada Sociedade da Informação, aponta alguns dos principais fatores que contribuem para agravar a Exclusão Digital e por fim relaciona iniciativas que objetivam promover a cidadania por meio da info-inclusão no Brasil, relatando em especial algumas experiências no contexto cearense.

2 NOVAS MÍDIAS E CIDADANIA

Hoje em dia um dos termos mais utilizados em nossa sociedade, quando se tratam questões ligadas às esferas do Estado e da Sociedade Civil é Cidadania. Ao abrirmos um jornal, ligarmos a TV, o rádio ou acessarmos um *site* na Internet freqüentemente nos deparamos com expressões do tipo, *Ação para a cidadania, Direitos e deveres do cidadão, Justiça social, Atores sociais, Inclusão, Exclusão*, e, como bem frisa Carvalho (2003), até a constituição de 1988 foi chamada de *Constituição Cidadã*. Infelizmente, ao que parece, tais termos, na maioria das vezes, caem num profundo vazio, tendo em vista que na prática as ações que correspondem à efetivação dos mesmos, não são concretizadas.

Mas, o que vem a ser essa tão falada *Cidadania*? A palavra CIDADANIA é derivada de cidadão, que vem do latim civitas. Na Roma antiga, o conjunto de cidadãos que constituíam uma cidade era chamado de civitate. A cidade era a comunidade organizada politicamente. Era considerado CIDADÃO aquele que estava integrado na vida política da cidade. Naquela época, e durante muito tempo, a noção de cidadania esteve ligada à idéia de privilégio, pois os direitos de cidadania eram explicitamente restritos a determinadas classes e grupos. E pelo histórico do povo brasileiro, a coisa parece não ter mudado. Na maioria dos casos, isso quando falamos da classe pobre, só se é tido como Cidadão no Brasil no período eleitoral. Será que isso é realmente ser cidadão? Acredita-se que não. Assim, apresentamos total consonância com as idéias de Da Matta, quando, ao fazer uma comparação entre o *Citizen* inglês, o *Citoyen* francês e o *Cidadão brasileiro*, diz:

“Ora, quando penso em cidadão e em cidadania no Brasil, não penso nessas coisas a não ser, e muito infelizmente, como um cenário de ausências... Ou, quando muito, de presenças mal desenhadas entre nós. (...) Assim, quando imagino o cidadão brasileiro, penso naquele ser fragilizado pela ausência de reconhecimento social, naquele indivíduo sem rosto, sem direitos e sem recursos, colocado numa espera interminável que é o símbolo mais perfeito, no Brasil, da ausência de uma verdadeira cultura da cidadania. Vale infelizmente dizer: de uma cultura igualitária, aberta à mobilidade. Uma cultura efetivamente moderna e democrática, na qual os direitos individuais são contemplados efetivamente na prática social, e não apenas nas leis. Por que ninguém sabe melhor do que nós como é fácil contemplar tais direitos nas leis...” (DA MATTA, 1997, p. 05- 06)

Falar em democracia no Brasil, virou moda, como virou moda se falar em cidadania. Existem “toneladas” de Leis, Códigos, Estatutos para a defesa de crianças, jovens, adolescentes, idosos, consumidores, etc. Mas, na prática as pessoas não apresentam condições suficientes para fazerem verdadeiro uso dos mesmos.

Carvalho (2003) diz que os *Direitos Civis* são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Estes garantem a vida em sociedade; *Direitos Políticos* referem-se a participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado à parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e de ser votado; *Direitos Sociais* garantem a participação na vida coletiva, incluindo o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. Mas, é importante frisar que a cidadania plena é decorrente do exercício de todos esses direitos e que a ausência de um compromete significativamente o pleno exercício dos demais.

“A formação do cidadão nas circunstâncias históricas em que evoluímos não poderia ser processo fácil e rápido. Mas é preciso reconhecer que este processo está excessivamente lento, assim como foi excessivamente lenta a abolição da escravidão. A pergunta que ocorre logo ao observador é se a lentidão não se deve à falta de interesse em que a cidadania se desenvolva. O cidadão esclarecido é sem dúvida uma peça incômoda, reivindicadora. Sem ela, no entanto, está comprometido nosso próprio futuro como nação.” (CARVALHO, 1997, p.106)

Carvalho (2003) chama atenção mais uma vez para a importância de uma população educada como um dos principais fatores contribuintes para a construção da cidadania. Mas, claro que uma população educada possui grande poder de luta e conquista, o que conseqüentemente não é do “agrado” daqueles que desejam se manter no poder. A população, em sua maioria, conhece apenas seus deveres e, quase nunca seus direitos. Daí, se conformarem com a situação de degradação moral a qual muitas vezes é exposta. O samba *Saudosa Maloca*, composto por *Adoniran Barbosa* em 1951 e, que se tornou um clássico da

Música Popular Brasileira, retrata um despejo no qual, os despejados em meio a grande dor acabam por se conformar com a situação e dar razão aos “home” sem ao menos protestar.

“Peguemo todas nossas coisas / E fumos pro meio da rua / Preciá a demolição. Que tristeza que nois sentia, / Cada tábua que caía / Duia no coração. / Mato grosso quis grita / Mas em cima eu falei: / Os home tá coa razão, / Nois arranjá outro lugá. / Só se conformemos quando o Joca falou: / Deus dá o frio conforme o cobertô, / E hoje nois pega a paía nas gramas do jardim...” (BARBOSA, 1951)

Dentro deste contexto de dominação e “ausências” de cidadania, entra em cena um importante fator: a comunicação. Ao longo da história da humanidade, inúmeras foram as transformações vivenciadas. Sejam de cunho religioso, cultural, social, econômico e tecnológico. As diversas formas de comunicação evoluíram, difundiram-se e aumentaram, dando margem ao surgimento daquilo que hoje conhecemos como “mídia”.

“No sentido mais estrito, mídia se refere especificamente aos meios de comunicação de massa, especialmente aos meios de transmissão de notícias e informação, tais como jornais, rádio, revistas e televisão. Seu sentido pode se ampliar ao se referir a qualquer meio de comunicação de massas, não apenas aos que transmitem notícias. Assim podemos falar em mídia para nos referirmos a uma novela de televisão ou a qualquer outro de seus programas, não apenas aos informativos. Também podemos chamar de mídias a todos os meios de que a publicidade se serve, desde *outdoors* até as mensagens publicitárias veiculadas por jornal, rádio, TV. Em todos esses sentidos, a palavra “mídia” está se referindo aos meios de comunicação de massa. Entretanto o surgimento da comunicação teleinformática veio trazer consigo a ampliação do poder de referência do termos “mídias” que, desde então, passou a ser referência a quaisquer tipos de comunicação e até a aparelhos, dispositivos ou mesmo programas auxiliares da comunicação.” (SANTAELLA, 2002, p.44-45)

No que concerne ao uso da mídia para fins de conquista e consolidação da cidadania, percebe-se a existência de algumas iniciativas, no entanto, são só “algumas” mesmo, frente a todo o potencial que poderia ser explorado neste sentido.

“Os mídia constituem o melhor sistema de informação que se pode conceber. Uma trama cerrada que cobre a superfície do globo, capta e transmite imediatamente o fato. Pesquisadores e jornalistas mergulham nos problemas que surgem no seio das sociedades. A todo instante, temos a possibilidade de ver/saber o que está acontecendo. Podemos ter, diariamente, conhecimento da história que se está realizando. O planeta terra tornou-se a laranja azul que podemos contemplar a todo mundo.” (MORIN, 1986, p.31)

Morin (1986) alerta para três grandes problemas relacionados ao surto informacional e o papel das mídias, a saber, a *Superinformação* que se trata da quantidade excessiva de informações que inunda a sociedade e que muitas vezes acaba por não produzir sentido algum, a *Subinformação* que por sua vez chega a ser compatível com a Superinformação e as

peças acabam ficando simplesmente sub-informados e a *Pseudoinformação* que é mais complexa ainda porque não existem mecanismos suficientemente bons para testar e reconhecer a veracidade e/ou a falsidade de uma informação.

“Os cidadãos necessitam, para exercer uma cidadania ativa, de um sistema de mídia diversificado, de informações políticas diversas, em níveis distintos, desde as mais técnicas, com explicações provenientes do sistema de especialistas, até as abordagens mais simples. Uma vez que as pessoas estão associadas à política através de diferentes *backgrounds*, interesses e habilidades cognitivas, não há como prescrever um modelo único de informação politicamente relevante, nem um mesmo padrão de excelência.” (MAIA, 2003, p.59)

Fica claro, pois, que só o acesso às mídias e tecnologias não é suficiente para garantir aos cidadãos a efetivação de seus direitos, no entanto, o não acesso agrava ainda mais o quadro de desigualdade social.

3 EXCLUSÃO DIGITAL

No decorrer do século XX a humanidade presenciou o surgimento de várias invenções: o rádio, a televisão, o cinema, o computador e, “por fim”, a Internet. Cada uma dessas teve grande impacto em sua época. Claro, continuam a existir e a exercer forte papel na vida das pessoas. Mazzilli (2002) em seu artigo “*La tecnofobia, de Gutemberg a Internet*” faz uma excelente análise de tais inventos e a impressão que os mesmos causaram nas pessoas. Ao contrário do que muitos pensavam, nenhuma suplantou totalmente a outra e pelo visto a Internet com certeza não será exceção à regra.

Sabemos que a Revolução Industrial foi um grande acontecimento na história da humanidade. A mesma acarretou inúmeras mudanças econômicas, políticas e sociais, que repercutiram sobremaneira nos rumos que o planeta tomou. Naquela época a capacidade de uma máquina fazer o trabalho de mais de trinta homens já assustava, agora imaginemos hoje que um simples clique pode realizar o de mais de mil.

Aportados na Era Digital, convivemos com uma infinidade de termos que de certa forma nos conectam ao virtual. “Nick”, “Link”, “ID”, são alguns que já fazem parte do vocabulário de muitos adolescentes, jovens, adultos e até idosos. A Internet tomou conta da cabeça de muitas pessoas e estas, por sua vez, entraram em seu “barquinho” e estão navegando a todo vapor. Vale, no entanto, lembrar que infelizmente nem todo mundo tem acesso e conseqüentemente ainda não entrou nesta nova era.

Não só no Brasil, mas em muitos outros países a inclusão digital ainda não é realidade. Dentro deste contexto surgiu o termo infoexclusão que é definido por alguns como a exclusão, ou seja, a falta de oportunidades de acesso às Novas Tecnologias da Comunicação e Informação. Já outros o tornam bem mais amplo e o definem como todo e qualquer tipo de exclusão informacional. Dentro da primeira vertente temos como sinônimo a expressão “*Apartheid digital*”.

“De um lado, é sugerido que o aumento do uso de novas tecnologias e suas possibilidades interativas irão ampliar a participação social. Por outro, evidências iniciais apontam que elas já aumentaram a já existente divisão entre aqueles que podem ter e fazer bom uso delas e aqueles excluídos pelas barreiras culturais financeiras, educacionais e outras” (GUEDES, 1998, p.22)

A afirmação acima traz à tona o paradoxo que ora vivenciamos. Se de um lado o advento dessas NTIC's pode propiciar um grande desenvolvimento, por outro pode também vir a contribuir para aumentar o índice de exclusão social no país. É óbvio que as NTIC's não são as únicas responsáveis pelo aumento da exclusão social. Mas, ao mesmo tempo em que se constituem enquanto ferramentas potenciais para inclusão social, podem também vir a contribuir para que o contrário também aconteça. Isto por que o mercado fica cada vez mais restrito e aquele que não tiver o mínimo domínio na utilização dos programas de computação ou dos novos meios eletrônicos, pode se considerar descartado. Parece exagero mas, não é. Vejamos o caso dos *Office-boys*: até algum tempo atrás nas grandes empresas eles eram responsáveis por diversas transações bancárias como pagamentos, transferências de dinheiro, saques entre outras. Com a automatização e a disponibilização dos serviços de auto-atendimento, seja em caixas eletrônicos ou on-line via Internet, ou ele se adapta ou perde o emprego. Isto porque com tais “facilidades” o tempo para a efetuação destas tarefas é bem menor, o que faz a empresa utilizar a mão-de-obra deste empregado para algumas outras funções, que eram talvez exercidas por outro alguém que não conseguiu se adaptar e foi demitido. Assim acontece em muitos outros casos.

Hoje, não basta ter um diploma de nível superior, é preciso ter outras qualificações, ser especialista em alguma coisa. Atualizar-se mais e mais.

“Uma verdadeira febre acometeu o mundo, e o mesmo passou a girar em torno da ânsia, da angústia fatídica e da busca desenfreada por informação; tida como passaporte para a inclusão do indivíduo em determinados grupos sociais, embora muitas vezes esta não leve ao tão almejado conhecimento. Aquilo que vemos, o que sabemos, a notícia da última hora, aquilo que rapidamente conseguimos absorver, é que determinará nossa posição na sociedade, no mercado de trabalho, junto aos colegas do curso ...” (MOTA; SANTOS, 2002, p.01)

Informação é a palavra chave do momento. A educação continuada é indispensável a todos, desde o faxineiro até o presidente de uma grande empresa.

“Infra-estrutura nacional de informação tem um potencial quase sem limites para garantir melhorias sociais, diversidade democrática e educação criativa. Realisticamente esta “infra-estrutura” será dominada, controlada pelos gigantes da área (desregulamentada) da comunicação que são guiadas pelos lucros e não pela esperança de uma democracia melhor, maior troca cultural, diminuição da pobreza ou melhorias educacionais” (GUEDES, 1998, p.26)

Um dos fatores predominantes da infoexclusão é o de ordem econômica, mas, sem dúvida não podemos deixar de lado o social. Infelizmente não existem até o momento políticas públicas suficientemente fortes e estruturadas para propiciar o acesso às condições que levariam a info-inclusão de milhões de pessoas.

Outro importante ponto, é a questão cultural. Visto que em muitos casos o sujeito pode ser rico ou pelo menos ter condições de acesso a Internet e às demais tecnologias como o telefone celular, máquinas fotográficas digitais, etc, mas não consegue absorvê-las e incorporá-las em seu cotidiano. Sofre de Tecnofobia¹.

“Tarefas profissionais que requeiram a redação de documentos, operações bancárias informatizadas, comunicação à distância, até mesmo o desfrute de filmes nas já tradicionais fitas de vídeo, ou agora também nos recentemente lançados aparelhos de "DVD", exigem das pessoas uma familiaridade e, por que não dizer, uma certa afinidade emocional com toda essa aparelhagem adequada e necessária para o êxito na execução das mais simples tarefas do dia a dia.... É um distúrbio ou tipo de dificuldade que deve ser objeto de maiores estudos, pois provoca sofrimento e sentimentos de incapacidade em quem o experimenta, uma vez que hoje em dia é praticamente impossível deixar de conviver com os computadores e outros produtos inteligentes, que incluem processadores em seus circuitos.” VEIGA NETO (2003, p.2).

A abordagem acima é de inestimável importância, pois, abre espaço para uma reflexão que não é feita pela maioria das pessoas. Muitas vezes um funcionário acaba sendo demitido por conta do seu medo de aprender a lidar com determinado equipamento, algumas pessoas se auto-excluem de um grupo de amigos entre outras coisas. Enfim, o ser humano acaba perdendo um certo espaço no mundo e, quando isso lhe é cobrado, cresce ainda mais o repúdio, o receio e conseqüentemente há um rebaixamento da auto-estima e um terrível mal estar se apodera do indivíduo.

¹ Aversão às novas tecnologias.

Todos as questões e fatores ora mencionados, são necessários à reflexão que deve ser feita sobre o processo de exclusão digital. Há uma necessidade emergente de formação política e educacional para que as pessoas comecem a fazer uso das tecnologias e mídias tecnológicas, com vistas a lutarem pela seguridade de seus direitos enquanto cidadãos.

“Entender, contudo, a participação apenas como uma questão de acesso físico individual à tecnologia é equivocado. O problema da participação traz à tona o complexo problema relacionado à formação discursiva da vontade, que diz respeito, também, a uma cultura política favorável ao desenvolvimento do potencial discursivo. Garantir que o maior número de pontos de vista esteja presente em um debate público e eficaz requer que um alto nível de participação seja mantido. Isso não significa necessariamente um alto nível de ativismo político, mas de interesse político.” (MAIA, 2003, p. 52)

4 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

4.1 Contexto Nacional

Apesar de tantos fatores que impendem a tão buscada democratização da informática e informação, existem no país pessoas e instituições seriamente preocupadas em dar uma guinada no curso dos acontecimentos e revertê-los em prol do bem de comunidades, estados e da nação como um todo. São várias as iniciativas:

4.1.1 Cidade do Conhecimento – Projeto do Instituto de Estudos Avançados - IEA da Universidade de São Paulo – USP, criado em 2001, sob a coordenação do Prof. Gilson Schwartz, e que tem por objetivo promover a educação continuada à distancia e o acesso às NTIC's em nível não só do estado de São Paulo mas, também de outras áreas do país. Deste modo, agrega esforços de estudantes, trabalhadores e professores no sentido de criar, incubar e desenvolver projetos por meio de redes digitais colaborativas. Atualmente possui vários programas, dentre os quais, destacam-se:

- EDUCAR NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO – é, segundo as informações obtidas no *site* <http://www.cidade.usp.br/educar2003/>, uma entrada da Cidade do Conhecimento da USP para professores e outros profissionais do ensino médio e fundamental no Estado de São Paulo. Integra ciclos de palestras, visitas e trabalhos de campo a atividades *on-line* em comunidades virtuais. Tais atividades propiciam a atualização dos profissionais e instituições envolvidas e ainda contribuem para a

formação de contatos com profissionais que lideram iniciativas educacionais, projetos de pesquisa e ações sociais fazendo uso inteligente das NTIC's.

- REDE PIPA SABE - programa lançado em 2003 e desenvolvido na praia de Pipa no Estado do Rio Grande do Norte (com 4 mil habitantes) que possui como objetivos, de acordo com o *site* <http://www.cidade.usp.br/pipa/>, a promoção através da produção de educação, cultura, ciência e tecnologia, conhecimento e sabedorias populares uma reengenharia das cadeias produtivas em favor da geração de oportunidades de emprego, renda e investimentos na localidade de Pipa e região; a Capacitação para o uso das novas mídias digitais (indústria do audiovisual, educação a distância, comércio eletrônico, comunidades virtuais de prática e rede de apoio à microfinança) e por fim a fundação de uma “cidade do conhecimento” no Nordeste, conectada a uma rede nacional e internacional, digital e interativa. Para tanto são utilizadas como ferramentas a internet, telecentros (para estudantes e trabalhadores da região terem acessos a web), além de workshops, eventos, oficinas, ciclos de debates, entre outras coisas.

4.1.2 Comitê para Democratização da Informática (CDI) - uma Organização Não-Governamental - ONG sem fins lucrativos, criada no Brasil em 1995 e que, desde então, desenvolve o trabalho pioneiro de promover a inclusão social utilizando a tecnologia da informação como um instrumento para a construção e o exercício da cidadania, possuindo vários projetos de inclusão digital. O CDI criou em parceria com a Fundação Getúlio Vargas o chamado relógio digital. Este por sua vez tem como objetivo mapear a taxa de inclusão digital no Brasil. Tal relógio marca o número de brasileiros com acesso a computador em seus domicílios.

Em junho 2002, de acordo com o artigo intitulado “*Reconhecimento mundial para o CDI*” na Revista da Sociedade Digital-RSD (2002, p.22), o CDI recebeu o Prêmio Banco Mundial de Cidadania. Tal prêmio constitui o reconhecimento do trabalho realizado pelo Comitê.

É de suma importância registrar que, apesar do CDI ser uma ONG brasileira, sua atuação não se restringe apenas ao Brasil. O trabalho desenvolvido pelo CDI abrange ainda o Chile, Uruguai, Argentina, Colômbia, Guatemala, Honduras, México, Japão, Angola e África do Sul. Segundo informações fornecidas pelo *site* <http://www.cdi.org.br/>, a organização, atualmente possui Escolas de Informática e Cidadania implementadas em penitenciárias e

institutos psiquiátricos, para deficientes auditivos, jovens infratores, aldeias indígenas, entre outros.

4.2 Contexto Cearense

No Ceará, iniciativas na área de informática têm causado impacto positivo para a inserção dos cearenses no mundo das NTIC's. Abaixo relacionamos algumas delas:

4.2.1 Centro de Referência do Professor – Biblioteca Virtual Moreira Campos – trata-se de um projeto financiado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza - **PMF** em parceria com a Universidade Federal do Ceará-UFC que teve início em 2002 e consiste num centro que reúne várias salas, onde são disponibilizados desde recursos da informática (computadores e seus programas) até atrações de cunho cultural e artístico. CRP-BV possui como público alvo principal, professores e alunos da rede pública municipal de ensino. No entanto o referido centro abre espaço para que as necessidades informacionais e culturais do “cidadão comum”² também sejam atendidas. O principal objetivo do CRP-BV, segundo o idealizador do projeto, o professor Dr. Hermínio Borges, consiste em proporcionar o acesso, por parte de seu público alvo, às Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, para que os mesmo possam utilizá-las como ferramentas de suporte pedagógico no processo de ensino-aprendizagem. O espaço é dividido em vários ambientes, a saber:

- CIC – Centro de Informação do Cidadão que é um espaço reservado a toda e qualquer pessoa (independente de raça, cor, sexo, crença ou naturalidade) que deseje fazer uso das NTIC's.
- NTE – Núcleo Tecnológico de Ensino que consiste num espaço destinado à capacitação dos professores da PMF quanto ao uso das NTIC's em suas unidades de ensino. Neste local, os professores podem planejar aulas que posteriormente poderão ser ministradas no AVE e ainda realizar pesquisas de cunho didático e/ou pessoal.
- AVE – Ambiente Virtual de ensino onde o aluno pode pesquisar assuntos escolares e individuais e assistir aulas junto a turma do colégio de que é oriundo.
- Memorial Sinhá D'Amora – reúne vários elementos (objetos pessoais, telas, documentos, etc) que compuseram a trajetória da artista plástica cearense Sinhá D'Amora.

² Designação para todo aquele que não possui vínculo direto com o ensino público municipal de Fortaleza, ou seja não é professor ou aluno.

- Centro de Esportes de Mesa – lugar aberto ao público onde pode-se jogar Xadrez, Dama e Gamão.
- Galeria Antônio Bandeira – onde se realizam exposições de variadas manifestações artísticas: pintura, escultura, etc.
- Anfiteatro – onde acontecem apresentações teatrais, poesias, cantadores de viola, etc.

Enfim, o CRP-BV devido a sua grandiosidade pode ser considerado como um rico laboratório de pesquisa, aprendizado, info-inclusão e inclusão sócio-cultural.

4.2.2 Laboratórios de Informática Educativa – LIES - É mais um projeto que tem o apoio da PMF e que consiste em construir e equipar laboratórios de informática nas escolas municipais de Fortaleza, numa visão pedagógica que, de acordo com Reudo Sales (responsável pelo acompanhamento dos LIES), é uma forma de “quebrar o rigor tecnicista e propiciar aos alunos a possibilidade de ser criativo.” Na perspectiva pedagógica, de acordo com BORGES NETO (1998), o uso das NTIC’s desperta no aluno um certo prazer de aprender, pois a criança está face a face com o novo e este novo de certa forma lhe é significativo e desperta interesse.

Os LIES’s começaram a ser implantados em 1999 e contavam apenas com 9 unidades, e já contam, atualmente, com 41 laboratórios. Mas, as dificuldades são muitas. Reudo Sales diz que somente cerca de 10% deste número está realmente funcionando a todo vapor e produzindo os resultados esperados pelo projeto inicial. Entre os muitos problemas está o despreparo do professor, os baixos salários que levam ao desestímulo, ausência de uma melhor estrutura técnica, recursos humanos suficientes para acompanhar todo o processo, etc. Segundo Reudo Sales houve alguns avanços, mas, os entraves ainda são grandes.

4.2.3 Ilhas digitais - foram criadas pelo Centro de Estratégias de desenvolvimento (CED) em parceria com a Secretaria de Planejamento do Estado e está inserido no Plano de Ação [Cear@.digital](#). Trata-se de uma espécie de laboratório que disponibiliza serviços de pesquisa na Internet, informações turísticas, culturais e lazer, orientação para uso, editoração de texto, planilha eletrônica e criação de bancos de dados. Foram inauguradas, até 2002, um total de 14 ilhas no estado do Ceará (nos municípios de Aracati, Barbalha, Caririçu, Crato, Farias Brito, 02 em Fortaleza, Iguatu, Jaguaribara, Jardim, Maracanaú, Maranguape, Morada Nova e Ocara).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, o país, em seu percurso histórico, ainda não conseguiu consolidar sua cidadania. Como bem diz Carvalho (2003) o processo é lento e a democracia ainda não foi realmente instaurada. Mas, alguns passos estão sendo dados neste sentido. Os recursos e as políticas públicas existentes ainda não são suficientes, no entanto, mesmo assim muitos não estão cruzando os braços diante desta situação e, ao contrário, estão buscando cada vez mais novas formas de contornar os problemas e “levar o barco prá frente”.

Acreditamos, sobretudo, que se as pessoas se dispuserem a lutar por seu espaço e seus direitos, com certeza, mesmo que leve mais algum tempo, poderão se considerar cidadãos, conquistar o respeito dos governantes e transformar o país em um lugar mais justo e melhor para todos. É necessário que, cada vez mais, esforços sejam somados na perspectiva de promover a criação de espaços de discussão e utilização da NTIC's no cotidiano dos menos favorecidos economicamente e socialmente. Assim sendo, acreditamos que as iniciativas de inclusão digital, abordadas neste trabalho, são de suma importância para que a cidadania possa dar grandes passos e avançar no sentido de se consolidar enquanto prática social no nosso país.

Por fim, no que concerne a questão da exclusão digital, gostaríamos de expor um pensamento que consideramos ser a real expressão daquilo que desejamos que a sociedade como um todo compreenda.

“A exclusão digital não é ficar sem computador ou telefone celular. É continuarmos incapazes de pensar, de criar e de organizar novas formas, mais justas e dinâmicas, de produção e distribuição de riqueza simbólica e material” (SCHWARTZ, 2001, p.22).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. **Saudosa maloca**. São Paulo. CD. música 04, 2:20m. 1980. (Coleção Meus Momentos)

BORGES NETO, H. **A informática na escola e o professor**. Fortaleza: FACED/UFC, 1998.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, J. M. Interesses contra a cidadania. Extraído de: **Brasileiro: Cidadão?** São Paulo: Cultura Editores Associados, 1997. p.89-123.

CASTRO, C. A. Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, M. L. (org) **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. 152p.

CAVALCANTI, Hilda. USP amplia programa Cidade do Conhecimento. http://www.mct.gov.br/comunicacao/textos/default.asp?cod_tipo=1&cod_texto=2668. Site consultado em 23/12/2002

COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA. <http://www.cdi.org.br/> site consultado em: 23/01/2003

DA MATTA, R. Um indivíduo sem rosto. Extraído de: **Brasileiro: Cidadão?** São Paulo: Cultura Editores Associados, 1997. p.2-33

DEMO, Pedro. Ambivalências da Sociedade da Informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v.29, n.2, p.37-42, maio/ago. 2000.

EILE, M. Internet e desenvolvimento: um acesso à informação com mais equidade? In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.) **História da cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

EISENBERG, J.; CEPIK, M. Internet e as instituições políticas semiperiféricas. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.) **História da cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

ILHAS DIGITAIS. <http://www.soma.ce.gov.br/programas/ilhas/inicial.asp> Site consultado em: 23/01/2003

MAIA, R. C. M. Redes cívicas e Internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.) **História da cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p.46-72

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAZZILLI, Róman. La tecnofobia, de Gutemberg a la Internet (algunas imprecisiones sobre nuestra realidad virtual) <http://usuarios.iponet.es/ddt/tecnofobia.htm>. Site consultado em 20/02/2004.

MORIN, E. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

MOTA, F. R. L. SILVA, I. S. Compromisso ético na sociedade da Informação. II CIBERÉTICA, SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INFORMAÇÃO E ÉTICA. Florianópolis- SC, 12 a 14 de novembro de 2003. Disponível no site: <http://www.ciberetica.org.br/trabalhos/anais/35-25-c1-25.pdf>

MOTA, F.R.L., SANTOS, I. E agora? Reflexões acerca da formação e atuação do profissional bibliotecário. ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25. Belo Horizonte, 21 a 27 de julho de 2002.

RECONHECIMENTO mundial para o CDI. **Revista da Sociedade Digital**, a.1, n.4, Brasília, setembro de 2002.

SANTAELLA, L. A crítica das mídias na entrada do século XXI. In: PRADO, J. L. A. **Crítica das práticas midiáticas**: da sociedade de massa às ciberculturas. Rio de Janeiro: Hacker Editores, 2002.

SANTAELLA, L. **Cultura das mídias**. São Paulo: Experimento: 1996.

VALENTIM, M. L. P. Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação. In: VALENTIM, M. L. (Org.) **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. 156p.

VEIGA NETO, Alípio Ramos. **Atitudes de Consumidores frente a Novas Tecnologias (Tecnofobia)**. <http://www.marvey.com.br/tecnofobia/TECNOFOBIA.htm>. Site consultado em 02/01/2003.

ABSTRACT

The article approaches relative questions to the role of the New Medias for the conquest of the Citizenship in the Information Society. It points some of the main factors that contribute to aggravate the Digital Exclusion and tell initiatives that objectify to promote the citizenship by means of the info-inclusion in Brazil, giving special emphasis to some experiences in the state of Ceará.

KEYWORDS: New Medias. Citizenship. Digital Exclusion.

Originais recebidos em 07/06/2004